

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

10/11/2026

Sumário

1. 1º Encontro Estadual de Controle Interno debate autonomia, maturidade e futuro das carreiras de auditoria – Controladoria
2. TCE-GO é premiado em evento internacional sobre mudanças climáticas
3. Saiba onde estão as obras federais paralisadas em Goiás e quanto custaria para terminá-las
4. Saiba onde estão as obras federais paralisadas em Goiás e quanto custaria para terminá-las
5. Rua da Divisa enfrenta alagamentos e congestionamentos, enquanto duplicação aguarda solução ambiental em Goiânia - Goiânia Urgente
6. Rua da Divisa, em Goiânia, tem alagamentos e congestionamentos
7. Rua da Divisa, em Goiânia, tem alagamentos e congestionamentos

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
09/11/2026 03:00

1º Encontro Estadual de Controle Interno debate autonomia, maturidade e futuro das carreiras de auditoria – Controladoria

Visualizar notícia

Fonte original

Evento reuniu auditores e profissionais para discutir o fortalecimento das Controladorias e dos seus profissionais

O fortalecimento das carreiras de Auditor de Finanças e Controle, a autonomia técnica e a maturidade institucional das Controladorias foram os principais temas debatidos durante o 1º Encontro Estadual de Controle Interno, realizado nesta quinta-feira (5/11), no auditório da Câmara Municipal de Goiânia. Com o tema “Construindo o Controle do Futuro”, o evento reuniu auditores e representantes de instituições públicas do Estado e dos municípios goianos para discutir os desafios e as perspectivas do controle interno na administração pública.

“Quanto mais se dá valor à atuação das Controladorias e das carreiras de auditoria, melhor se aplica o dinheiro público”, destacou o secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO), Antônio Flávio de Oliveira, durante o evento.

A iniciativa foi promovida pela Associação dos Servidores Efetivos da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (Asseecon) e pela Associação dos Auditores de Finanças e Controle de Goiânia (Aficon), com apoio da Prefeitura de Goiânia, por meio da Controladoria-Geral do Município; da Câmara Municipal de Goiânia; e da CGE-GO.

Representantes das entidades organizadoras e demais autoridades destacaram a importância da união entre os profissionais e da valorização das macrofunções típicas das Controladorias com ênfase na auditoria. Segundo o presidente da Asseecon, José Santana Filho, o encontro foi idealizado para os auditores de Finanças e Controle e representa um marco para a mobilização da categoria. Entre as pautas defendidas estão a adequação da nomenclatura dos cargos e a busca por certificação com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM).

Santana também enfatizou o papel consultivo do auditor, que oferece aos gestores informações qualificadas para subsidiar a tomada de decisões. “Esse encontro é um marco. Pretendemos fazer outros periodicamente ao longo do tempo”, afirmou, ao manifestar a expectativa de que a iniciativa tenha continuidade.

O presidente da AFICON, Álen Rodrigues de Oliveira, reforçou que as conquistas profissionais dependem da mobilização contínua da categoria. “O que vale a pena é a caminhada e a luta diária para conquistar melhorias para as carreiras”, declarou ao relembrar que recentemente os auditores do município de Goiânia conseguiram a adequação da nomenclatura da carreira.

Já a superintendente da Controladoria Regional da União no Estado de Goiás, Suzana Kroehling Rodrigues Ferreira, destacou os aprendizados do processo de avaliação institucional do IA-CM e a necessidade de ampliar a integração entre estados e municípios. “O mais importante são os aprendizados e os resultados que conquistamos”, afirmou.

Outro destaque discutido foi a importância dos auditores para os gestores públicos. “Qualquer político ou gestor precisa de um auditor ao seu lado”, afirmou o vereador Anselmo Pereira, decano da Casa, vice-presidente da Câmara Municipal.

Em contrapartida o deputado estadual Virmondes Cruvinel, representante do presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), deputado Bruno Peixoto, propôs a inclusão do encontro no calendário estadual de eventos, com o objetivo de fortalecer a continuidade da iniciativa.

Em seguida, a coronel Cláudia Lira, vice-prefeita de Goiânia, que representou o prefeito Sandro Mabel, relacionou o trabalho dos auditores ao equilíbrio da gestão e à melhoria dos serviços públicos. “A administração pública depende e muito do trabalho dos auditores, seja como

consultores, conselheiros dos gestores, oferecendo orientações e direcionamento para a tomada de decisões mais assertivas", afirmou.

Encerrando as falas, o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), Joaquim Alves de Castro Neto, defendeu a implantação de estruturas permanentes de controle interno para os municípios goianos. "O papel do controle interno é dar caminhos para a gestão de como ele deve fazer e queremos levar isso cada vez mais para os municípios. Muitas das vezes um prefeito só entende a importância do Controle Interno quando deixa o cargo", concluiu.

Autonomia e futuro das carreiras em debate

A programação técnica da manhã começou com o painel "O futuro em debate: iniciativas legislativas e jurisprudência — impactos nas Controladorias e nas carreiras de Auditoria Interna", conduzido pela conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Heloísa Helena Godinho.

A palestrante tratou dos impactos de decisões judiciais e de mudanças legislativas sobre a organização dos órgãos de controle. Também destacou a importância da independência do órgão central de controle interno (Controladorias), da definição clara de suas competências e da valorização dos profissionais responsáveis por essas atividades.

"Precisamos valorizar os servidores efetivos, fortalecer as carreiras por meio de concursos públicos e assegurar que as atividades técnicas sejam desempenhadas por profissionais qualificados. Também é importante alinhar conceitos e construir uma identidade comum para demonstrar aos gestores o valor estratégico do controle interno para a administração pública", disse.

IA-CM e a geração de valor para a gestão pública

Na sequência, o auditor de Harmonização e Gestão Estratégica da CGE, Fábio Jubé, apresentou a palestra "Instituições maduras precisam de carreiras fortes: o IA-CM como instrumento de desenvolvimento". A exposição relacionou o Modelo ao desenvolvimento institucional das Controladorias e à evolução do trabalho dos profissionais de auditoria.

"Instituições maduras precisam de carreiras fortes. O IA-CM é uma ferramenta importante para avaliar a capacidade da auditoria interna e orientar seu aprimoramento, mas esse fortalecimento também depende da valorização e da qualificação dos profissionais. O auditor precisa ir além da identificação de falhas e assumir um papel de consultor estratégico, contribuindo para o aprimoramento da governança, gestão de riscos e controles das pastas e assessorando tecnicamente os gestores na tomada de decisão, agregando valor e resultados concretos quando auxilia a administração pública a atender o interesse público com ações que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos", destacou Fábio Jubé.

Macrofunções das Controladorias e futuro das carreiras

No período vespertino, a programação deu continuidade aos debates sobre o fortalecimento das Controladorias e a valorização dos profissionais da área, com apresentações sobre a estruturação institucional e as perspectivas para as carreiras de auditoria interna no Brasil.

A chefe de gabinete da CGE, Alessandra dos Santos Paz Esteves, abriu a programação com a palestra "A estruturação das macrofunções das Controladorias: referências nacionais e realidades locais". Durante a apresentação, abordou a organização das macrofunções do controle interno no modelo proposto pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que abrangem auditoria interna, correição, integridade, apoio à gestão em controles internos, transparência e ouvidoria.

Nesse contexto, o controle interno avaliativo exercido pela CGE-GO apoia as secretarias estaduais na estruturação e no aprimoramento de seus próprios mecanismos de controle. Essa atuação contribui para fortalecer a governança, ampliar a capacidade de prevenção de riscos e promover uma gestão pública mais eficiente, considerando as particularidades de cada órgão.

Na sequência, o presidente da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público (FENAUD) e do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical), Rudnei Marques, apresentou a palestra "O futuro das carreiras de Auditoria Interna no Brasil".

Rudnei ressaltou a importância de que a nomenclatura das carreiras contemple o termo auditor, em referência à atividade de auditoria governamental desempenhada pelos profissionais. A discussão reforçou a necessidade de ampliar a representatividade da categoria e consolidar o reconhecimento da auditoria interna como função estratégica para a administração pública.

Acesse aqui as fotos do evento.

Comunicação Setorial CGE – Governo de Goiás

DIÁRIO DA MANHÃ - GO • impresso • tce-go
09/11/2026 03:00

TCE-GO é premiado em evento internacional sobre mudanças climáticas

Visualizar notícia

BNDES

TCE-GO é premiado em evento internacional sobre mudanças climáticas

Trabalho foi reconhecido na categoria "Produtos Inovadores gerados a partir do Painel Clima Brasil"

Redação

A participação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) no Painel Clima Brasil foi premiada durante o Climate Scanner Summit 2026, evento realizado nos dias 5 e 6 de novembro na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes de 43 países. Organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo BNDES e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o encontro reuniu órgãos de controle e especialistas para discutir como dados podem fortalecer fiscalizações e melhorar políticas climáticas.

O TCE-GO foi representado no encontro pelo auditor de Controle Externo Daniel Coelho. Ele apresentou a metodologia de análise de riscos desenvolvida pelo Tribunal para a realização de levantamento que aprofundou a análise do Painel Clima Brasil em três setores – agropecuária, uso de terra e florestas – responsáveis por 80% da emissão de gases no estado de Goiás, segundo o auditor. Daniel aponta que a ideia tornou a análise mais objetiva e independente de interpretações subjetivas dos envolvidos.

Esse trabalho recebeu o Prêmio Clima Brasil na categoria "Produtos Inovadores gerados a partir do Painel Clima Brasil". O Painel Clima Brasil foi uma iniciativa coordenada pelo TCU, com a participação de todos os tribunais de contas brasileiros, que adaptou o Climate Scanner, ferramenta que avalia ações de governos de todo o mundo para o enfrentamento das mudanças climáticas.

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
09/11/2026 22:15

Saiba onde estão as obras federais paralisadas em Goiás e quanto custaria para terminá-las

Visualizar notícia

Fonte original

Goiás tem 168 obras federais paralisadas, sendo 164 distribuídas por municípios e outras quatro de abrangência estadual. Juntas, as intervenções representam R$ 513 milhões em investimentos, conforme levantamento mais recente do Tribunal de Contas da União (TCU) – que atualiza os dados anualmente em abril. Os empreendimentos estão espalhados por diferentes regiões do estado, com concentração tanto em grandes cidades quanto em municípios de menor porte.

Na relação municipal, 87 cidades aparecem com pelo menos uma obra interrompida. Goiânia lidera em quantidade e volume financeiro, com 12 empreendimentos que somam R$ 183 milhões. O valor corresponde a aproximadamente 42% do total relacionado para as obras municipais.

Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal, aparece na sequência em número de intervenções, com seis obras e R$ 17 milhões. Águas Lindas de Goiás tem cinco empreendimentos, que representam R$ 11,3 milhões. Anápolis registra quatro obras paralisadas, com investimentos de R$ 8,1 milhões.

A distribuição dos valores, porém, não acompanha necessariamente a quantidade de empreendimentos. Gameleira de Goiás, por exemplo, aparece com apenas duas obras paralisadas, mas reúne R$ 19,2 milhões, o segundo maior volume financeiro entre os municípios. Goianésia também chama atenção, com três intervenções que somam R$ 15,2 milhões.

Receba as

Outras cidades com valores expressivos são Goianira, com R$ 9,2 milhões; Pires do Rio, com R$ 8,3 milhões; Goiás e Valparaíso de Goiás, ambos com R$ 8,1 milhões. A relação também inclui municípios com apenas uma obra interrompida, como Jesúpolis e Paranaiguara, com R$ 8 milhões cada.

Os valores apresentados correspondem aos investimentos relacionados aos empreendimentos no levantamento. A quantia não deve ser confundida automaticamente com o saldo adicional necessário para concluir cada obra, que depende da situação contratual, da execução física e de eventuais atualizações orçamentárias.

TCE-GO vai coordenar comissão para destravar obras

Paralelamente ao levantamento do TCU, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) articula a criação de um comitê estadual para buscar soluções para empreendimentos paralisados. A coordenação será compartilhada com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO), dentro do Programa Integrado para Retomada de Obras Públicas, conhecido como Destrava.

De acordo com o TCE-GO, um levantamento preliminar identificou 391 obras federais paralisadas ou inacabadas em Goiás. Desse total, 306 são da área da saúde, 79 da educação básica e seis do ensino técnico e superior. A instalação oficial do comitê está prevista para fevereiro de 2027. O ciclo de atuação terá duração de um ano, com início das operações em até 60 dias após a instalação.

O programa é coordenado nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca articular instituições públicas e órgãos de controle para remover entraves administrativos e judiciais que impedem a conclusão de obras. A prioridade é dada a empreendimentos nas áreas de saúde e educação, embora o comitê estadual também possa atuar em outras áreas e em obras com recursos estaduais e municipais.

Levantamentos consideram universos diferentes

Os números do TCU e do Destrava Goiás não são diretamente comparáveis. Procurada, a assessoria de imprensa do TCE-GO explicou que a relação utilizada pelo programa Destrava considera apenas obras selecionadas pelo Comitê Executivo Nacional, com prioridade para as áreas de saúde e educação. O tribunal ainda não dispõe da relação completa dos empreendimentos paralisados no estado.

Segundo a assessoria, já foi solicitado apoio para buscar soluções para 391 obras financiadas com recursos federais, sendo 306 da saúde e as demais da educação. O TCE-GO também pediu ao CNJ um levantamento detalhado dos empreendimentos, mas a relação completa ainda não foi disponibilizada.

A diferença, portanto, está nos critérios e no universo considerado por cada levantamento. Enquanto a relação extraída do TCU permite visualizar a distribuição municipal e os valores associados às intervenções, o Destrava trabalha com uma seleção específica de empreendimentos, voltada à articulação institucional para viabilizar a retomada das construções.

A expectativa do comitê é identificar os principais entraves de cada projeto e estabelecer medidas para permitir que obras interrompidas voltem a avançar e sejam entregues à população.

Veja o número de obras paralisadas por município e valores (fonte: TCU)

12 obras paralisadas
Goiânia – R$ 183 milhões

6 obras paralisadas
Novo Gama – R$ 17 milhões

5 obras paralisadas
Águas Lindas de Goiás – R$ 11,3 milhões

4 obras paralisadas
Anápolis – R$ 8,1 milhões
Fazenda Nova – R$ 3,9 milhões
Goianira – R$ 9,2 milhões
Goiás – R$ 8,1 milhões
Iporá – R$ 2,5 milhões
Valparaíso de Goiás – R$ 8,1 milhões

3 obras paralisadas
Faina – R$ 1,2 milhão
Goianésia – R$ 15,2 milhões
Jataí – R$ 3,75 milhões
Luziânia – R$ 5,2 milhões
Montividiu do Norte – R$ 2,2 milhões

2 obras paralisadas
Alvorada do Norte – R$ 4,3 milhões
Aparecida de Goiânia – R$ 440 mil
Baliza – R$ 1,6 milhão
Cachoeira Alta – R$ 2,7 milhões
Caçu – R$ 4,1 milhões
Caldas Novas – R$ 2,3 milhões
Catalão – R$ 3,6 milhões
Caturaí – R$ 1,2 milhão
Gameleira – R$ 19,2 milhões
Guarani de Goiás – R$ 2,6 milhões
Indiara – R$ 2,6 milhões
Ipameri – R$ 830 mil
Itumbiara – R$ 362 mil
Montividiu – R$ 1,4 milhão
Morrinhos – R$ 2 milhões
Mozarlândia – R$ 1,2 milhão
Padre Bernardo – R$ 4,2 milhões
Pirenópolis – R$ 976 mil
Pires do Rio – R$ 8,3 milhões
Porangatu – R$ 5,1 milhões

Porteirão – R$ 4,4 milhões
Portelândia – R$ 1,9 milhão
Posse – R$ 2,3 milhões
Sanclerlândia – R$ 1,5 milhão
Santa Rosa de Goiás – R$ 1,1 milhão
São Luís de Montes Belos – R$ 3,7 milhões
Trindade – R$ 3,3 milhões
Uirapuru – R$ 695 mil
Uruaçu – R$ 1,9 milhão

1 obra paralisada
Alexânia – R$ 1,5 milhão
Amorinópolis – R$ 125 mil
Anicuns – R$ 182,7 mil
Aragoiânia – R$ 881 mil
Arenópolis – R$ 620 mil
Bela Vista de Goiás – R$ 998 mil
Bom Jesus de Goiás – R$ 4,8 milhões
Buriti de Goiás – R$ 182 mil
Campos Verdes -R$ 495 mil
Córrego do Ouro – R$ 182 mil
Doverlândia – R$ 503 mil
Estrela do Norte – R$ 100 mil
Formosa – R$ 385 mil
Formoso – R$ 875 mil
Goiatuba – R$ 225 mil
Inaciolândia – R$ 300 mil
Inhumas – R$ 852 mil
Itaguari – R$ 509 mil
Itajá – R$ 81 mil
Itapuranga – R$ 182 mil
Itarumã – R$ 1 milhão
Jandaia – R$ 7 milhões
Jaraguá – R$ 1,9 milhão
Jesúpolis – R$ 8 milhões
Mambaí – R$ 510 mil
Matrinchã – R$ 125 mil
Mossâmedes – R$ 142 mil
Niquelândia – R$ 848 mil
Nova Crixás – R$ 510 mil
Nova Iguaçu de Goiás – R$ 510 mil
Paranaiguara – R$ 8 milhões
Piranhas – R$ 165 mil
Planaltina – R$ 484 mil
Rio Verde – R$ 182 mil
Santa Bárbara de Goiás – R$ 510 mil
Santa Fé de Goiás – R$ 3,8 milhões
Santa Helena de Goiás – R$ 182 mil
Santa Rita do Araguaia – R$ 1,2 milhão
Santo Antônio do Descoberto – R$ 4,3 milhões
São Domingos – R$ 481 mil
São Miguel do Araguaia – R$ 6,6 milhões
São Miguel do Passa Quatro – R$ 1 milhão
São Patrício – R$ 510 mil
Trombas – R$ 1,5 milhão

Seguir no Google

FOLHA DE NOTÍCIAS GO - ITUMBIARA - GO • site • tce-go
09/11/2026 03:00

Saiba onde estão as obras federais paralisadas em Goiás e quanto custaria para terminá-las

Visualizar notícia

Fonte original

Goiás tem 168 obras federais paralisadas, sendo 164 distribuídas por municípios e outras quatro de abrangência estadual. Juntas, as intervenções representam R$ 513 milhões em investimentos, conforme levantamento mais recente do Tribunal de Contas da União (TCU) – que atualiza os dados anualmente em abril. Os empreendimentos estão espalhados por diferentes regiões do estado, com concentração tanto em grandes cidades quanto em municípios de menor porte.

Na relação municipal, 87 cidades aparecem com pelo menos uma obra interrompida. Goiânia lidera em quantidade e volume financeiro, com 12 empreendimentos que somam R$ 183 milhões. O valor corresponde a aproximadamente 42% do total relacionado para as obras municipais.

Novo Gama, no Entorno do Distrito Federal, aparece na sequência em número de intervenções, com seis obras e R$ 17 milhões. Águas Lindas de Goiás tem cinco empreendimentos, que representam R$ 11,3 milhões. Anápolis registra quatro obras paralisadas, com investimentos de R$ 8,1 milhões.

A distribuição dos valores, porém, não acompanha necessariamente a quantidade de empreendimentos. Gameleira de Goiás, por exemplo, aparece com apenas duas obras paralisadas, mas reúne R$ 19,2 milhões, o segundo maior volume financeiro entre os municípios. Goianésia também chama atenção, com três intervenções que somam R$ 15,2 milhões.

Outras cidades com valores expressivos são Goianira, com R$ 9,2 milhões; Pires do Rio, com R$ 8,3 milhões; Goiás e Valparaíso de Goiás, ambos com R$ 8,1 milhões. A relação também inclui municípios com apenas uma obra interrompida, como Jesúpolis e Paranaiguara, com R$ 8 milhões cada.

Os valores apresentados correspondem aos investimentos relacionados aos empreendimentos no levantamento. A quantia não deve ser confundida automaticamente com o saldo adicional necessário para concluir cada obra, que depende da situação contratual, da execução física e de eventuais atualizações orçamentárias.

TCE-GO vai coordenar comissão para destravar obras

Paralelamente ao levantamento do TCU, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) articula a criação de um comitê estadual para buscar soluções para empreendimentos paralisados. A coordenação será compartilhada com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCMGO), dentro do Programa Integrado para Retomada de Obras Públicas, conhecido como Destrava.

De acordo com o TCE-GO, um levantamento preliminar identificou 391 obras federais paralisadas ou inacabadas em Goiás. Desse total, 306 são da área da saúde, 79 da educação básica e seis do ensino técnico e superior. A instalação oficial do comitê está prevista para fevereiro de 2027. O ciclo de atuação terá duração de um ano, com início das operações em até 60 dias após a instalação.

O programa é coordenado nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca articular instituições públicas e órgãos de controle para remover entraves administrativos e judiciais que impedem a conclusão de obras. A prioridade é dada a empreendimentos nas áreas de saúde e educação, embora o comitê estadual também possa atuar em outras áreas e em obras com recursos estaduais e municipais.

Levantamentos consideram universos diferentes

Os números do TCU e do Destrava Goiás não são diretamente comparáveis. Procurada, a assessoria de imprensa do TCE-GO explicou que a relação utilizada pelo programa Destrava considera apenas obras selecionadas pelo Comitê Executivo Nacional, com prioridade para as áreas de saúde e educação. O tribunal ainda não dispõe da relação completa dos empreendimentos paralisados no estado.

Segundo a assessoria, já foi solicitado apoio para buscar soluções para 391 obras financiadas com recursos federais, sendo 306 da saúde e as demais da educação. O TCE-GO também pediu ao CNJ um levantamento detalhado dos empreendimentos, mas a relação completa ainda não foi disponibilizada.

A diferença, portanto, está nos critérios e no universo considerado por cada levantamento. Enquanto a relação extraída do TCU permite visualizar a distribuição municipal e os valores associados às intervenções, o Destrava trabalha com uma seleção específica de empreendimentos, voltada à articulação institucional para viabilizar a retomada das construções.

A expectativa do comitê é identificar os principais entraves de cada projeto e estabelecer medidas para permitir que obras interrompidas voltem a avançar e sejam entregues à população.

Veja o número de obras paralisadas por município e valores (fonte: TCU)

12 obras paralisadas
Goiânia – R$ 183 milhões

6 obras paralisadas
Novo Gama – R$ 17 milhões

5 obras paralisadas
Águas Lindas de Goiás – R$ 11,3 milhões

4 obras paralisadas
Anápolis – R$ 8,1 milhões
Fazenda Nova – R$ 3,9 milhões
Goianira – R$ 9,2 milhões
Goiás – R$ 8,1 milhões
Iporá – R$ 2,5 milhões
Valparaíso de Goiás – R$ 8,1 milhões

3 obras paralisadas
Faina – R$ 1,2 milhão
Goianésia – R$ 15,2 milhões
Jataí – R$ 3,75 milhões
Luziânia – R$ 5,2 milhões
Montividiu do Norte – R$ 2,2 milhões

2 obras paralisadas
Alvorada do Norte – R$ 4,3 milhões
Aparecida de Goiânia – R$ 440 mil
Baliza – R$ 1,6 milhão
Cachoeira Alta – R$ 2,7 milhões
Caçu – R$ 4,1 milhões
Caldas Novas – R$ 2,3 milhões
Catalão – R$ 3,6 milhões
Caturaí – R$ 1,2 milhão
Gameleira – R$ 19,2 milhões
Guarani de Goiás – R$ 2,6 milhões
Indiara – R$ 2,6 milhões
Ipameri – R$ 830 mil
Itumbiara – R$ 362 mil
Montividiu – R$ 1,4 milhão
Morrinhos – R$ 2 milhões
Mozarlândia – R$ 1,2 milhão
Padre Bernardo – R$ 4,2 milhões
Pirenópolis – R$ 976 mil
Pires do Rio – R$ 8,3 milhões
Porangatu – R$ 5,1 milhões

Porteirão – R$ 4,4 milhões
Portelândia – R$ 1,9 milhão
Posse – R$ 2,3 milhões
Sanclerlândia – R$ 1,5 milhão
Santa Rosa de Goiás – R$ 1,1 milhão
São Luís de Montes Belos – R$ 3,7 milhões
Trindade – R$ 3,3 milhões
Uirapuru – R$ 695 mil
Uruaçu – R$ 1,9 milhão

1 obra paralisada
Alexânia – R$ 1,5 milhão
Amorinópolis – R$ 125 mil
Anicuns – R$ 182,7 mil
Aragoiânia – R$ 881 mil
Arenópolis – R$ 620 mil
Bela Vista de Goiás – R$ 998 mil
Bom Jesus de Goiás – R$ 4,8 milhões
Buriti de Goiás – R$ 182 mil
Campos Verdes -R$ 495 mil
Córrego do Ouro – R$ 182 mil
Doverlândia – R$ 503 mil
Estrela do Norte – R$ 100 mil
Formosa – R$ 385 mil
Formoso – R$ 875 mil
Goiatuba – R$ 225 mil
Inaciolândia – R$ 300 mil
Inhumas – R$ 852 mil
Itaguari – R$ 509 mil
Itajá – R$ 81 mil
Itapuranga – R$ 182 mil
Itarumã – R$ 1 milhão
Jandaia – R$ 7 milhões
Jaraguá – R$ 1,9 milhão
Jesúpolis – R$ 8 milhões
Mambaí – R$ 510 mil
Matrinchã – R$ 125 mil
Mossâmedes – R$ 142 mil
Niquelândia – R$ 848 mil
Nova Crixás – R$ 510 mil
Nova Iguaçu de Goiás – R$ 510 mil
Paranaiguara – R$ 8 milhões
Piranhas – R$ 165 mil
Planaltina – R$ 484 mil
Rio Verde – R$ 182 mil
Santa Bárbara de Goiás – R$ 510 mil
Santa Fé de Goiás – R$ 3,8 milhões
Santa Helena de Goiás – R$ 182 mil
Santa Rita do Araguaia – R$ 1,2 milhão
Santo Antônio do Descoberto – R$ 4,3 milhões
São Domingos – R$ 481 mil
São Miguel do Araguaia – R$ 6,6 milhões
São Miguel do Passa Quatro – R$ 1 milhão
São Patrício – R$ 510 mil
Trombas – R$ 1,5 milhão

Audiência pública debate futuro do Contorno Rodoviário da BR-153 em Goiânia, após impasse no TCU

Leia mais sobre: obras federais em Goiás / TCE-GO / TCU / Política

fonte

GOIÂNIA URGENTE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
09/11/2026 03:00

Rua da Divisa enfrenta alagamentos e congestionamentos, enquanto duplicação aguarda solução ambiental em Goiânia - Goiânia Urgente

Visualizar notícia

Fonte original

A Rua da Divisa, no Setor Jaó, em Goiânia, concentra problemas de mobilidade que se agravam durante o período chuvoso e mantêm em discussão uma intervenção aguardada há mais de 15 anos. Utilizada como ligação entre o bairro, a BR-153 e a região do Aeroporto Santa Genoveva, a via registra congestionamentos frequentes e alagamentos que podem comprometer a circulação de veículos.

Um dos pontos mais críticos fica nas proximidades do Córrego Jaó. Nesse trecho, a pista atravessa uma área de menor altitude, o que favorece o acúmulo de água quando o nível do curso d'água sobe. Em episódios de chuva intensa, o volume pode avançar sobre a rua, dificultando a passagem e exigindo, em determinadas situações, a interdição do trânsito.

O problema, porém, não depende exclusivamente das condições climáticas. Mesmo sem chuva, a circulação enfrenta dificuldades devido à largura limitada da pista e ao volume de veículos que utilizam o corredor diariamente. O movimento de caminhões também contribui para a formação de filas, especialmente nos horários de maior fluxo.

Histórico de alagamentos e interrupções

A vulnerabilidade da Rua da Divisa ficou evidente em fevereiro de 2021, quando um temporal provocou erosões e queda de árvores, levando à interdição da via por seis dias. Dois dias depois da liberação do tráfego, uma nova chuva forte voltou a provocar alagamento no local.

O histórico demonstra a dificuldade de manter a circulação em um trecho sujeito aos efeitos das enxurradas. Além dos transtornos para motoristas, interrupções na passagem podem afetar o deslocamento de moradores e de pessoas que utilizam a ligação entre o Setor Jaó e outras regiões da capital.

Projeto prevê duplicação de 1,13 quilômetro

Como alternativa para melhorar a circulação, a Prefeitura de Goiânia prevê a duplicação de aproximadamente 1,13 quilômetro da Rua da Divisa, no trecho entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e a Avenida Sucuri.

A proposta tem investimento estimado em R$ 9,3 milhões e contempla a substituição do pavimento, a elevação do nível da pista e intervenções no sistema de drenagem. A combinação dessas medidas busca ampliar a capacidade de circulação e enfrentar os problemas relacionados ao acúmulo de água.

Apesar da previsão de obras, o projeto ainda enfrenta questionamentos ambientais. O Ministério Público de Goiás (MPGO) cobra estudos que avaliem os possíveis impactos da intervenção sobre a área de nascentes que contribuem para a formação do Córrego Jaó.

A preocupação envolve os efeitos que a ampliação da estrutura viária pode provocar em uma região ambientalmente sensível. Por isso, a execução depende não apenas das etapas administrativas e de contratação, mas também do tratamento das questões ambientais levantadas.

Moradores divergem sobre a intervenção

A proposta também divide opiniões entre moradores da região. Enquanto parte da comunidade considera a duplicação necessária para reduzir congestionamentos e melhorar a segurança viária, outros questionam os impactos sobre as áreas de preservação.

Entre as alternativas defendidas está a criação de uma ligação viária pela região do aeroporto, como forma de oferecer outra opção de deslocamento sem ampliar a intervenção no trecho ambientalmente sensível.

A divergência evidencia que a solução para a Rua da Divisa precisa conciliar diferentes demandas: melhorar a mobilidade, reduzir os riscos de alagamento e preservar as áreas naturais próximas ao Córrego Jaó.

Contratação ainda depende de etapas administrativas

Em outubro, a Prefeitura de Goiânia avançou nos procedimentos relacionados à contratação da obra. Esse movimento, entretanto, não significa que os trabalhos estejam liberados para começar. O projeto ainda depende da conclusão dos trâmites administrativos e da resolução dos questionamentos ambientais.

Sem a definição dessas etapas, não há, nas informações disponíveis, confirmação de uma data para o início da duplicação.

Enquanto a solução definitiva não avança, motoristas continuam enfrentando dificuldades em um dos corredores de ligação do Setor Jaó com a BR-153. O desafio para o poder público é viabilizar uma intervenção que responda aos problemas históricos de trânsito e drenagem sem desconsiderar a proteção ambiental da região.

Tags: #Goiânia, #SetorJaó, #RuaDaDivisa, #TrânsitoEmGoiânia, #MobilidadeUrbana, #Alagamentos, #Chuva, #DrenagemUrbana, #BR153, #AeroportoSantaGenoveva, #CórregoJaó, #ObrasEmGoiânia, #PrefeituraDeGoiânia, #MeioAmbiente, #Nascentes, #MPGO, #Infraestrutura, #Goiás

MAIS GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
09/11/2026 16:30

Rua da Divisa, em Goiânia, tem alagamentos e congestionamentos

Visualizar notícia

Fonte original

Motoristas que passam pela Rua da Divisa, no Setor Jaó, em Goiânia, reclamam dos alagamentos e dos congestionamentos frequentes na região. A via, que faz a ligação entre o bairro e a BR-153, é um dos principais gargalos do trânsito na região Norte da capital. Durante as chuvas, o acúmulo de água na pista agrava as dificuldades de circulação.

O trecho mais problemático fica nas proximidades do Córrego Jaó, onde a pista passa por uma área mais baixa. Quando o nível do córrego sobe, a água pode alcançar a rua e comprometer a passagem dos veículos. O local já precisou ser interditado em outras ocasiões por causa de alagamentos e danos provocados pelas enxurradas.

Mesmo nos dias sem chuva, o trânsito é complicado. A Rua da Divisa recebe veículos que circulam entre a BR-153, o Setor Jaó e a região do Aeroporto Santa Genoveva. A pista estreita e o movimento de caminhões contribuem para a formação de filas, especialmente nos horários de pico.

Em fevereiro de 2021, a rua chegou a ficar interditada por seis dias após um temporal provocar erosões e a queda de árvores. Dois dias depois da liberação do tráfego, a pista voltou a alagar durante outra chuva forte.

A Prefeitura de Goiânia pretende duplicar aproximadamente 1,13 quilômetro da Rua da Divisa, entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e a Avenida Sucuri. O projeto inclui a substituição do asfalto, a elevação do nível da pista e melhorias no sistema de drenagem.

A obra, estimada em R$ 9,3 milhões, é discutida há mais de 15 anos e enfrenta questionamentos ambientais. O Ministério Público de Goiás (MPGO) cobra estudos sobre os impactos da intervenção na área de nascentes que alimentam o Córrego Jaó.

Há divergências também entre moradores da região. Parte defende a duplicação como forma de reduzir os congestionamentos e melhorar a segurança dos motoristas. Outra parcela questiona os impactos da ampliação da pista sobre as áreas de preservação e propõe a construção de uma ligação alternativa pela região do aeroporto.

Em outubro, a Prefeitura de Goiânia avançou nos procedimentos para contratar a execução das obras. O projeto, no entanto, ainda depende da conclusão das etapas administrativas e da resolução dos questionamentos ambientais.

As principais notícias de Goiânia e região

Mais Goiás • CNPJ: 55.794.755/0001-05
Endereço: Av. T-7, 371 | Sala 1116 e 1117 | Ed. Concept Lourenzzo | Setor Oeste | Goiânia - GO - 2105 e 2106 • CEP: 74.140-110

MAIS TOP NEWS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
09/11/2026 16:40

Rua da Divisa, em Goiânia, tem alagamentos e congestionamentos

Visualizar notícia

Fonte original

Motoristas que passam pela Rua da Divisa, no Setor Jaó, em Goiânia, reclamam dos alagamentos e dos congestionamentos frequentes na região. A via, que faz a ligação entre o bairro e a BR-153, é um dos principais gargalos do trânsito na região Norte da capital. Durante as chuvas, o acúmulo de água na pista agrava as dificuldades de circulação.

O trecho mais problemático fica nas proximidades do Córrego Jaó, onde a pista passa por uma área mais baixa. Quando o nível do córrego sobe, a água pode alcançar a rua e comprometer a passagem dos veículos. O local já precisou ser interditado em outras ocasiões por causa de alagamentos e danos provocados pelas enxurradas.

Mesmo nos dias sem chuva, o trânsito é complicado. A Rua da Divisa recebe veículos que circulam entre a BR-153, o Setor Jaó e a região do Aeroporto Santa Genoveva. A pista estreita e o movimento de caminhões contribuem para a formação de filas, especialmente nos horários de pico.

Em fevereiro de 2021, a rua chegou a ficar interditada por seis dias após um temporal provocar erosões e a queda de árvores. Dois dias depois da liberação do tráfego, a pista voltou a alagar durante outra chuva forte.

Duplicação da Rua da Divisa

A Prefeitura de Goiânia pretende duplicar aproximadamente 1,13 quilômetro da Rua da Divisa, entre o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e a Avenida Sucuri. O projeto inclui a substituição do asfalto, a elevação do nível da pista e melhorias no sistema de drenagem.

A obra, estimada em R$ 9,3 milhões, é discutida há mais de 15 anos e enfrenta questionamentos ambientais. O Ministério Público de Goiás (MPGO) cobra estudos sobre os impactos da intervenção na área de nascentes que alimentam o Córrego Jaó.

Há divergências também entre moradores da região. Parte defende a duplicação como forma de reduzir os congestionamentos e melhorar a segurança dos motoristas. Outra parcela questiona os impactos da ampliação da pista sobre as áreas de preservação e propõe a construção de uma ligação alternativa pela região do aeroporto.

Em outubro, a Prefeitura de Goiânia avançou nos procedimentos para contratar a execução das obras. O projeto, no entanto, ainda depende da conclusão das etapas administrativas e da resolução dos questionamentos ambientais.

Mais Goiás